

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO PROGRAMA “AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR”¹: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA¹

Camile Lorenz², Karla Renata De Oliveira³.

¹ Relato da atividade desenvolvida na disciplina de Estágio VI: Farmácias e Drogarias do Curso de Graduação em Farmácia do Departamento de Ciências da Vida-DCVida da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí

² Acadêmica do Curso de Graduação em Farmácia da Unijuí; camilelorenz@gmail.com

³ Farmacêutica, mestre, docente do DCVida da UNIJUI; karla@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

A constituição brasileira prevê que a saúde é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988) abrange o direito de acesso aos serviços de saúde, e em especial aos medicamentos, sendo um importante indicador da legitimação dos direitos de qualquer cidadão em nosso país. Logo, o acesso aos medicamentos é considerado um ponto fundamental para a garantia do direito à saúde (FERREIRA, 2006).

O Programa Farmácia Popular do Brasil é um Programa do Governo Federal que busca ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. O Programa foi criado em maio de 2004 e destina-se ao atendimento igualitário da população, usuária ou não do sistema público de saúde. Em 2006 foi criada outra modalidade do Programa: “Aqui tem Farmácia Popular”, que consiste no copagamento envolvendo farmácias da rede privada, ou seja, as farmácias passam a oferecer medicamentos essenciais custeados em até 90% pelo Ministério da Saúde, sendo obrigatório o pagamento pelo usuário da diferença entre o percentual pago pelo governo, conforme valores de dispensação estabelecidos. Os medicamentos definidos para o tratamento da hipertensão, diabetes “mellitus” e/ou asma são distribuídos gratuitamente aos usuários. O Ministério da Saúde ressarcе as farmácias no mês subsequente mediante o processamento das Autorizações de Dispensação de Medicamentos e Correlatos validados no mês anterior (BRASIL, 2012). Dessa forma, o Programa de copagamento e a oferta gratuita oferecem um conjunto de medicamentos diferentes, selecionados a partir de critérios epidemiológicos considerando as doenças mais prevalentes na população brasileira, cujos tratamentos geram maior impacto no orçamento familiar (BRASIL, 2009). Para ter acesso a estes medicamentos, o usuário deve apresentar a prescrição médica devidamente preenchida com os seus dados e do médico, acompanhada do seu CPF em qualquer farmácia que tenha a marca “Aqui tem Farmácia Popular”, respeitando o período mínimo de trinta dias entre uma compra e outra, no caso de anti-hipertensivos e antidiabéticos, já para os anticoncepcionais, esse período varia dependendo do princípio ativo. Vale ressaltar que as prescrições que contêm anti-hipertensivos a antidiabético são válidas por 180 dias, enquanto as prescrições de anticoncepcionais têm validade de um ano (BRASIL, 2007).

Segundo Oliveira (2010), a maioria dos medicamentos dispensados pelo Programa são indicados para controlar patologias crônicas, por isso, é importante que durante a dispensação destes sejam abordadas questões básicas referentes à promoção de um estilo de vida saudável que ajude a

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

prevenir ou a tratar estas doenças, incentivando a menor recorrência aos fármacos na busca pela melhora da qualidade de vida dos usuários. Por isso, o Programa Farmácia Popular propõe que todos os usuários sejam acolhidos na dispensação e recebam o atendimento demandado, com orientação sobre os medicamentos e quaisquer informações relativas à saúde e necessidade do usuário, incentivando a promoção quanto ao uso correto dos medicamentos.

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a relatar a experiência de uma acadêmica do Curso de Graduação em Farmácia da Unijui em relação a dispensação de medicamentos via Programa Farmácia Popular em uma farmácia comunitária.

METODOLOGIA

O presente trabalho é um relato de experiência de uma acadêmica do Curso de Graduação em Farmácia da Unijui, vinculado a disciplina Estágio VI: Farmácias e Drogarias desenvolvido em uma farmácia comunitária no município de Panambi/RS, localizado na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no período de dezembro/2015 a janeiro/2016, totalizando 80 horas. O quadro de funcionários é constituído por um profissional farmacêutico responsável pelo estabelecimento e três balcofarmacistas. Para identificação dos medicamentos dispensados foram analisados os relatórios de venda vinculados ao Programa Farmácia Popular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rotina da farmácia foi acompanhada pela acadêmica que pode conhecer o espaço de atuação do profissional farmacêutico, a aquisição e dispensação de medicamentos, qualificação de fornecedores, dispensação de antimicrobianos e medicamentos sujeitos a controle especial, e principalmente verificar o funcionamento do Programa Farmácia Popular no Brasil que busca ampliar o acesso aos medicamentos essenciais para toda a população.

A dispensação é o ato farmacêutico de distribuir um ou mais medicamentos a um paciente como resposta a uma prescrição elaborada por um profissional autorizado (Arias, 1999), sendo este um momento oportuno para o farmacêutico contribuir para o uso racional de medicamentos (Marin et al., 2003). Na rotina da farmácia, a dispensação de medicamentos é realizada, na maioria das vezes, pelos funcionários e não só pelo profissional farmacêutico dificultando a identificação de problemas relacionados às prescrições e impossibilitando a realização da atenção farmacêutica que segundo Jungles (2009) é um dos objetivos do Programa Farmácia Popular, estabelecer um modelo de assistência e atenção farmacêutica qualificada e adequada à legislação vigente oferecendo aos usuários um atendimento diferenciado e de qualidade, na busca pelo uso racional dos medicamentos. Segundo a OMS (1996), os farmacêuticos comunitários são os profissionais de saúde mais acessíveis à população pois verificam a legalidade, segurança e adequação do produto prescrito, analisam as quantidades e realizam o aconselhamento apropriado, conforme as necessidades do usuário. Ainda, no estabelecimento farmacêutico, os usuários retiram outros medicamentos prescritos além dos incluídos no Programa e isso reforça a importância da orientação farmacêutica quanto o uso correto dos produtos, visto que quando dois ou mais medicamentos são utilizados concomitantemente aumenta o risco de interação medicamentosa e a resposta a essa

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

interação pode acarretar a potencialização do efeito terapêutico, a redução da eficácia, a manifestação de reações adversas com distintos graus de gravidade ou ainda, não causar nenhuma modificação no efeito desejado do medicamento (SECOLLI, 2001).

Durante o estágio foi verificado que os medicamentos anti-hipertensivos e hipoglicemiantes foram os mais dispensados pelo Programa no período do estágio. Dados semelhantes foram encontrados por Oliveira et al., (2010) e Ferreira (2007) que identificaram entre os medicamentos dispensados pela Farmácia Popular os que atuam no sistema cardiovascular principalmente, os anti-hipertensivos. Já Queiroz et al., (2016) verificaram que pelo Programa em Três Lagoas/MS os medicamentos hipoglicemiantes foram mais dispensados. Verificaram também que a população idosa predomina na retirada dos medicamentos. O mesmo foi constatado por Ruppenthal et al., (2010) em seu estudo, no qual mais da metade dos usuários do Programa tinham idades acima de 60 anos. Segundo Souza (2006) a elevada prevalência de idosos é explicada pelo maior número de doenças crônico-degenerativas que acometem esta população, característica que marca o processo de envelhecimento. Também foi evidenciado que as mulheres retiram mais medicamentos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil, o que Oliveira et al., (2010) também encontraram em seu estudo. De acordo com Costa et al., (2014) a aquisição de medicamentos é maior entre as mulheres e estas também apresentam maior conhecimento sobre o Programa do governo o que segundo Barros et al., (2011) é justificável pela maior prevalência de doenças crônicas e de maior percepção quanto a sintomas e sinais físicos de doenças, devido ao conhecimento adquirido no desempenho do papel social de cuidadoras da família.

No estudo de Costa et al., (2014) as mulheres apresentaram maior conhecimento sobre os medicamentos dispensados, o período mínimo para a nova aquisição e o custo subsidiado pelos usuários. No entanto, no local do estágio a falta de compreensão dos usuários sobre o funcionamento do Programa é grande, visto que a maioria retorna ao estabelecimento para retirar a medicação antes da data de liberação pelo Programa e na maioria dos casos os usuários alegam não ter mais a medicação, ou seja, estes usuários ou utilizaram uma posologia de tratamento errada ou este medicamento se perdeu. A OMS estima que 50% de todos os medicamentos prescritos e dispensados são utilizados de forma inadequada, o que acarreta prejuízo à saúde do paciente e pressupõem um desperdício de recursos (OMS, 2002). Estas constatações evidenciam a necessidade de um acompanhamento contínuo para estes usuários para garantir a efetividade terapêutica e a adesão ao Programa que busca beneficiar toda a população usuária crônica de medicamentos.

Altnetter et al., (2013) avaliaram a satisfação dos usuários com os serviços prestados pela Farmácia Popular do Brasil (UFRGS), que implementou o modelo de atendimento personalizado, no qual o farmacêutico dispensa o medicamento em um ambiente reservado com o usuário e realiza a atenção farmacêutica. O estudo verificou que a maioria encontra-se muito satisfeita com o atendimento oferecido visto que se oferece um atendimento humanizado e com a interação direta do farmacêutico com os usuários. Isso evidencia que os usuários de medicamentos buscam um atendimento diferenciado em um serviço de saúde. Nesse contexto, está em andamento um projeto de lei que caracteriza a farmácia como estabelecimento de saúde, serviços e procedimentos de apoio farmacêuticos permitidos em farmácias de qualquer natureza no Estado do Rio Grande do Sul. Esse projeto amplia a atuação do profissional farmacêutico no que compete as suas atribuições clínicas buscando a promoção, proteção e recuperação da saúde (PL, 2016).

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

CONCLUSÃO

A vivência de estágio é um espaço importante de construção do conhecimento que permite experienciar situações discutidas em sala de aula e reforça aspectos éticos e humanos sobre o mercado de trabalho. Para atingir o objetivo do Programa proposto pelo governo federal, é necessário oferecer o serviço de atenção farmacêutica para garantir a eficácia na terapêutica e evitar os riscos associados aos medicamentos, ou seja, ofertar um serviço de saúde completo para a comunidade proporcionando ao usuário não só acesso ao medicamento, mas também serviços clínicos que o acompanham, promovendo o uso racional de medicamentos e a proteção do paciente a prováveis eventos adversos relacionados ao uso destes. A proposta do projeto de lei vem para reforçar esses objetivos, sendo essa uma oportunidade para os profissionais farmacêuticos se integrarem a equipe de saúde e contribuírem para a melhorar a saúde da população.

Palavras-chave: farmácia comunitária; uso racional de medicamentos; atenção farmacêutica

REFERÊNCIAS

- ALNETTER, V.C et al. Avaliação da satisfação do usuário com o serviço prestado pela Farmácia Popular do Brasil – UFRGS. Rev Bras Farm, v. 94, n. 2, p. 136-141, 2013.
- ARIAS, T.D. Glossário de medicamentos: desarrollo, evaluación y uso terminos especializados para la evaluación de medicamentos. Washington: Organización Pan-Americana de Salud, 1999.153p.
- BARROS, M.B.A et al. Tendências das desigualdades sociais e demográficas na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD: 2003-2008. Cienc Saude Coletiva, v. 16, n. 9, p. 3755-68, 2011.
- BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II, Seção II, art. 196. Brasília-DF.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2. 981/2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2981_26_11_2009_rep.html. Acessado em: 29 Mai. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 204/2007. Disponível em: 2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2007/GM/GM-04.htm. Acessado em: 28 Mai. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 971, de 15 de maio de 2012. Dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil.
- COSTA, K.S et al. Conhecimento e utilização do Programa Farmácia Popular do Brasil: estudo de base populacional no município de Campinas-SP. Epidemiol Serv Saúde, v. 23, n. 3, p. 397-408, 2014.
- FERREIRA, RL. Análise de implementação do programa farmácia popular do Brasil no Rio de Janeiro e no DF: um estudo de caso [dissertação]. Rio de Janeiro, 2006.
- FERREIRA, R. Consumo crônico de medicamentos na população de um centro de saúde. RevPort Clín Geral, v. 23, p. 125-132, 2007.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

JUNGLES, F. Avaliação do programa Farmácia Popular do Brasil: aspectos referentes a estrutura e a processos [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

MARIN, N et al. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003. 373p.

OLIVEIRA, K.R et al. Medicamentos dispensados pelo Programa “Aqui tem farmácia popular” em uma drogaria no município de Panambi-RS. Rev Contexto e Saúde, v.10, n.19, p.132-136, 2010.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Boas práticas em farmácia (BPF) em ambientes comunitários e hospitalares. Organização Pan-Americana da Saúde; Conselho Federal de Farmácia, 1996.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Perspectivas Políticas sobre Medicamentos da OMS. Promoção do uso racional de medicamentos: componentes centrais. Genebra: OMS; 2002.

QUEIROZ, A.P.O et al. Avaliação da dispensação de hipoglicemiantes orais em drogarias no município de Três Lagoas/MS. Rev Conexão Eletrônica, v. 13, n. 1, 2016.

RUPPENTHAL, L.R et al. Comparação do perfil dos usuários e dos medicamentos dispensados na Farmácia Popular do Brasil e em drogaria provada em Porto Alegre, Brasil. Latin American Journal of Pharmacy, v. 29, n. 1, 2010.

SECOLI, SR. Interações medicamentosas: fundamentos para a prática clínica da enfermagem. Rev Esc Enf USP, v. 35, n. 1, p. 28-34, 2001.

SOUZA, T.F. Cuidado farmacêutico na atenção básica. Caderno de Farmácia, v. 22, p. 160, 2006.

PL. Projeto de Lei nº 112 /2016. Dispõe sobre farmácia como estabelecimento de saúde, serviços e procedimentos de apoio farmacêuticos permitidos em farmácias de qualquer natureza no Estado do Rio Grande do Sul e adota outras providências.